

**CAB Cuiabá S/A - Concessionária de
Serviços Públicos de Água e Esgoto**

Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Telefone 55 (16) 3323-6650
Fax 55 (16) 3323-6651
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Acionistas da
CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias da CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 das demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia necessitará de recursos financeiros próprios/acionistas ou de terceiros para cumprir seus planos de investimentos, cuja captação está afetada pela citação da parte relacionada Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial) na investigação “Lava Jato” da Polícia Federal e em decorrência do deferimento de pedido de recuperação judicial ocorrido em 27 de março de 2015 juntamente com a parte relacionada Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 das demonstrações financeiras intermediárias, em 30 de junho de 2015, o passivo circulante da Companhia, superou o ativo circulante em R\$ 194.972 mil, ocasionado principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante das debêntures, ensejado pelo descumprimento de *covenants*. Em relação as debêntures da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 16 - Debêntures, foi realizada Assembleia Geral de Debenturista em 1 de abril de 2015 na qual os debenturistas aprovaram, sem qualquer ressalva, pela não decretação do vencimento antecipado, pelo prazo de 90 dias a contar daquela data e conforme mencionado na nota explicativa nº 27 - Eventos subsequentes em 1 de julho de 2015 foi assinada a Ata da Assembleia Geral dos Debenturistas para prorrogação por mais 90 dias, pela não decretação do vencimento antecipado. Sendo certo que, após esse prazo, necessariamente, deverá ser convocada outra assembleia para deliberação acerca da declaração do vencimento antecipado das debêntures ou manutenção do *waiver* concedido nos termos desta assembleia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Essas condições juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Companhia em relação a este assunto estão descritos também na nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal nos negócios e não incluem quaisquer ajustes caso a Companhia deixasse de operar. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

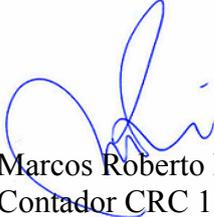
Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

Chamamos a atenção para o fato que não auditamos os valores correspondentes relativos às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e qualquer nota explicativa referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, apresentadas para fins de comparação nas demonstrações financeiras do período corrente, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Ribeirão Preto, 18 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2015	31/12/2014	Passivo	Nota	30/06/2015	31/12/2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.241	7.894	Fornecedores e outras contas a pagar	14	38.247	40.187
Outros investimentos	9	851	40.619	Empréstimos e financiamentos	15	9.502	4.743
Depósitos bancários vinculados		2.888	1.480	Debêntures	16	197.299	-
Contas a receber e outros recebíveis	10	36.912	38.184	Provisões e encargos trabalhistas		4.720	3.595
Estoques		3.966	3.478	Obrigações fiscais		<u>1.102</u>	<u>494</u>
Impostos e contribuições a recuperar		4.944	3.495				
Despesas antecipadas		<u>96</u>	<u>123</u>	Total do passivo circulante		<u>250.870</u>	<u>49.019</u>
Total do ativo circulante		<u>55.898</u>	<u>95.273</u>	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	15	210.456	203.282
Realizável a longo prazo				Debêntures	16	-	183.633
Contas a receber e outros recebíveis	10	2.500	2.500	Provisão para contingências	17	<u>1.703</u>	<u>1.215</u>
Depósitos judiciais		827	498	Total do passivo não circulante		<u>212.159</u>	<u>388.130</u>
Impostos e contribuições a recuperar		1.645	1.426				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<u>23.400</u>	<u>15.970</u>	Patrimônio líquido	18		
Total do realizável a longo prazo		<u>28.372</u>	<u>20.394</u>	Capital social		55.035	55.035
Imobilizado	12	7.641	7.996	Prejuízos acumulados		<u>(46.334)</u>	<u>(31.825)</u>
Intangível	13	<u>379.819</u>	<u>336.696</u>	Total do patrimônio líquido		<u>8.701</u>	<u>23.210</u>
Total do ativo não circulante		<u>415.832</u>	<u>365.086</u>	Total do passivo		<u>463.029</u>	<u>437.149</u>
Total do ativo		<u><u>471.730</u></u>	<u><u>460.359</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>471.730</u></u>	<u><u>460.359</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações de resultados

Períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2015	30/06/2014 (não auditado)
Receita operacional líquida	20	115.268	93.296
Custo dos serviços prestados	21	<u>(85.375)</u>	<u>(66.002)</u>
Lucro bruto		<u>29.893</u>	<u>27.294</u>
Despesas operacionais			
Comerciais	21	(10.856)	(10.031)
Administrativas e gerais	21	(17.099)	(15.623)
Outras receitas		16	20
Outras despesas		<u>(194)</u>	<u>(2)</u>
		<u>(28.133)</u>	<u>(25.636)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>1.760</u>	<u>1.658</u>
Receitas financeiras	22	4.108	1.671
Despesas financeiras	22	<u>(27.807)</u>	<u>(15.472)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(23.699)</u>	<u>(13.801)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(21.939)</u>	<u>(12.143)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<u>7.430</u>	<u>4.122</u>
Resultado do período		<u><u>(14.509)</u></u>	<u><u>(8.021)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	30/06/2015	30/06/2014 (não auditado)
Resultado do período	<u>(14.509)</u>	<u>(8.021)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(14.509)</u></u>	<u><u>(8.021)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2014		50.035	(12.878)	37.157
Resultado do período (não auditado)		<u>-</u>	<u>(8.021)</u>	<u>(8.021)</u>
Saldos em 30 de junho de 2014 (não auditado)		<u>50.035</u>	<u>(20.899)</u>	<u>29.136</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	18	55.035	(31.825)	23.210
Resultado do período		<u>-</u>	<u>(14.509)</u>	<u>(14.509)</u>
Saldos em 30 de Junho de 2015	18	<u>55.035</u>	<u>(46.334)</u>	<u>8.701</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2015	30/06/2014 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do período		(14.509)	(8.021)
Ajustes para:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		4.447	3.260
Depreciação e amortização		11.947	6.898
Resultado na venda de imobilizado e intangível		172	246
Provisão para contingências		488	556
Impostos de renda e contribuição social diferidos		(7.430)	(4.122)
Juros e multas recebidos de clientes		(3.248)	(1.658)
Juros de atualização de outros investimentos		(147)	(4)
Margem de intangível de concessão		(1.061)	(793)
Juros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures		26.633	14.098
		<u>17.292</u>	<u>10.460</u>
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis		73	(5.915)
Aumento em estoques		(488)	(77)
Aumento em impostos e contribuições a recuperar		(1.668)	(114)
Redução (aumento) em despesas antecipadas		27	(56)
Aumento em depósitos judiciais		(329)	(374)
(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar		(8.421)	598
Aumento em provisões e encargos trabalhistas		1.125	998
Aumento (redução) em obrigações fiscais		608	(1.008)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos		<u>(5.568)</u>	<u>(10.992)</u>
Fluxo de caixa provenientes das (usado nas) atividades operacionais		<u>2.651</u>	<u>(6.480)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativos imobilizado	26b	(696)	(3.530)
Aquisições de ativo intangível	26c	(46.649)	(44.407)
Depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos		(1.408)	-
Outros investimentos		39.915	131
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos		<u>(8.838)</u>	<u>(47.806)</u>
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos tomados		5.055	55.684
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(521)	(101)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		<u>4.534</u>	<u>55.583</u>
(Redução) aumento líquidos em caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.653)</u>	<u>1.297</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		7.894	2.112
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho	26a	<u>6.241</u>	<u>3.409</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Nota	Base de preparação	
1	Contexto operacional	12
2	Base de preparação	12
3	Moeda funcional e moeda de apresentação	13
4	Uso de estimativas e julgamentos	13
	Políticas contábeis	
5	Base de mensuração	14
6	Mudanças nas políticas contábeis	14
7	Principais políticas contábeis	14
	Ativos	
8	Caixa e equivalentes de caixa	22
9	Outros investimentos	22
10	Contas a receber e outros recebíveis	23
11	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23
12	Imobilizado	24
13	Intangível	25
	Passivos e patrimônio líquido	
14	Fornecedores e outras contas pagar	26
15	Empréstimos e financiamentos	26
16	Debêntures	27
17	Provisão para contingências	28
18	Patrimônio líquido	28
	Instrumentos financeiros	
19	Instrumentos financeiros	29
	Desempenho do ano	
20	Receita operacional líquida	36
21	Custos e despesas por natureza	36
22	Receitas financeiras e despesas financeiras	37
	Outras informações	
23	Partes relacionadas	37
24	Compromissos	39
25	Aspectos ambientais	39
26	Demonstrações dos fluxos de caixa	40
27	Eventos subsequentes	40

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Companhia”), localizada na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, nº 3.196, no Município de Cuiabá- Estado de Mato Grosso, constituída em 31 de janeiro de 2012, iniciou suas atividades em 18 de abril de 2012 e tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos no Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado em 17 de fevereiro de 2012 com o Município de Cuiabá (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2042.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos na manutenção das redes de água e esgoto, que permitirão a redução de perdas de faturamento e custos. O sucesso destes investimentos depende de aportes dos acionistas ou da captação de recursos junto a terceiros, a qual pode ser afetada pela citação da parte relacionada Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial) na investigação “Lava Jato” da Polícia Federal, que também obteve o deferimento de pedido de recuperação judicial em 27 de março de 2015 juntamente com a parte relacionada Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial).

Consequentemente, o descumprimento das obrigações financeiras da interveniente anuente Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial), previstas nas cláusulas restritivas 6.24, “VII” e “XVII” e 6.24.2 da escritura de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações da Companhia, ensejou o vencimento antecipado da dívida, o qual, conforme deliberação dos debenturistas em Assembleia Geral realizada em 1 de abril de 2015, não foi decretado pelo prazo de 90 dias. Os debenturistas assinaram Ata da Assembleia Geral dos Debenturistas em 1 de julho de 2015 que prevê a prorrogação da decisão por mais 90 dias, conforme nota explicativa nº 27 - Eventos subsequentes, sendo certo que após esse período, nova assembleia será convocada para deliberação acerca do vencimento antecipado ou obtenção de *waiver* definitivo. Perante o cenário de descumprimento de *covenants* a Companhia reclassificou do passivo não circulante para o circulante o montante de R\$ 197.299.

Com os fatos descritos acima, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 194.972. Maiores detalhes sobre o risco de liquidez, veja nota explicativa nº 19.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 18 de agosto de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7 e 6, respectivamente.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 11 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa nº 12 - vida útil do ativo imobilizado utilizado na operação;
- Nota explicativa nº 13 - vida útil do ativo intangível resultante do contrato de concessão; e
- Nota explicativa nº 17 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o

ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras intermediárias em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 19 - instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

6 Mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os seguintes novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2014:

- a) ICPC 19/ IFRIC 21 - Tributos;
- b) CPC 38 / IAS 36 (Alterada) - Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros; e
- c) OCPC 7 - Notas explicativas.

A aplicação dessas alterações não gerou impacto sobre estas demonstrações financeiras intermediárias.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

a) Receita operacional

(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/ receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados.

(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

(iii) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sobre contrato de concessão é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência, uma vez que a Companhia é remunerada pelos usuários dos serviços públicos. A margem de lucro utilizada em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014 é de 2,27%.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência e está diretamente relacionada ao respectivo ativo intangível formado.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras e outros investimentos;
- juros e multas recebidos de clientes;
- descontos obtidos;
- outras despesas financeiras;
- comissões bancárias;
- despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures e;
- despesas de operações com partes relacionadas.

As receitas e a despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras intermediárias e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

• Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Ativos intangíveis

(i) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, pois o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo estes revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de

construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a um direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras intermediárias.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

A amortização é efetuada linearmente durante o prazo da concessão e não excede os prazos de concessão.

(ii) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado.

(iv) Amortização

Amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- | | |
|---------------------------|---------|
| • Software | 5 anos |
| • Outorga de concessão | 30 anos |
| • Intangível ICPC 01 (R1) | 14 anos |

h) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do período.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa e em outros investimentos e depósitos bancários vinculados.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores e outras contas a pagar.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

i) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 30 de junho de 2015.

j) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k) Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 30 de junho de 2015 com relação a este assunto.

l) Capitalização dos custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

m) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma e nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa	-	7
Saldo bancário	3.935	2.452
Aplicações financeiras	<u>2.306</u>	<u>5.435</u>
Total	<u><u>6.241</u></u>	<u><u>7.894</u></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Para o período de 30 de junho de 2015 a rentabilidade média das aplicações financeiras ao ano foi de 8,82% (8,06% em 31 de dezembro de 2014).

A exposição da Companhia a riscos de crédito, taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na nota explicativa nº 19.

9 Outros investimentos

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fundos de investimento	-	40.619
Certificados de depósitos bancários	<u>851</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>851</u></u>	<u><u>40.619</u></u>

Os outros investimentos são classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado e possuem vencimento de 1 a 7 anos, com previsibilidade de resgate imediato. Esses recursos são utilizados em investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das redes de água e esgoto e demais investimentos previstos no contrato de concessão. Para o período de 30 de junho de 2015 a rentabilidade média dos fundos de investimento e certificados de depósitos bancários ao ano foi de 10,73% (8,70% em 31 de dezembro de 2014).

A exposição da Companhia a risco de crédito, de taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados a outros investimentos é divulgada na nota explicativa nº 19.

10 Contas a receber e outros recebíveis

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Contas a receber		34.571	32.537
Adiantamentos		1.981	1.568
Partes relacionadas - operações mensais	23	116	4.079
Partes relacionadas - empréstimos a receber	23	2.500	2.500
Outros		244	-
Total		<u>39.412</u>	<u>40.684</u>
Ativo circulante		36.912	38.184
Ativo não circulante		2.500	2.500

A exposição da Companhia a riscos de crédito, perdas por redução no valor recuperável, taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionadas a contas a receber e outros recebíveis é divulgada na nota explicativa nº 19.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Imposto de renda e contribuição social						(não auditado)
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	24.278	17.395	-	-	6.883	5.415
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.575	3.510	-	-	65	12
Custo de transação de empréstimos	-	-	1.671	1.728	57	-
Imobilizado líquido - contratos de concessão	-	-	1.792	1.450	(342)	(264)
Direitos a faturar	-	-	1.569	2.170	601	(341)
Provisão para contingências	579	413	-	-	166	189
Outras provisões	-	-	-	-	-	(889)
	<u>28.432</u>	<u>21.318</u>	<u>5.032</u>	<u>5.348</u>	<u>7.430</u>	<u>4.122</u>
Compensação (*)	(5.032)	(5.348)	(5.032)	(5.348)	-	-
Total	<u>23.400</u>	<u>15.970</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.430</u>	<u>4.122</u>

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.

(*) Saldos de passivos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Reconciliação da taxa efetiva	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u> (não auditado)
Resultado do período antes dos impostos	(21.939)	(12.143)
Alíquota nominal	34%	34%
Crédito com imposto à alíquota nominal	<u>7.459</u>	<u>4.129</u>
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(29)	(22)
Outras	<u>-</u>	<u>15</u>
Imposto diferido	<u>7.430</u>	<u>4.122</u>
Alíquota efetiva	34%	34%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

12 Imobilizado

Custo	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	1.282	492	1.221	6.200	9.195
Adições	510	449	574	505	2.038
Baixas	-	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>1.792</u>	<u>941</u>	<u>1.793</u>	<u>6.705</u>	<u>11.231</u>
Adições	567	109	216	88	980
Baixas	-	-	(8)	(249)	(257)
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>2.359</u>	<u>1.050</u>	<u>2.001</u>	<u>6.544</u>	<u>11.954</u>
Depreciação					
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(90)	(48)	(247)	(323)	(708)
Adições	(299)	(123)	(588)	(1.518)	(2.528)
Baixas	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(389)</u>	<u>(171)</u>	<u>(834)</u>	<u>(1.841)</u>	<u>(3.235)</u>
Adições	(154)	(51)	(188)	(770)	(1.163)
Baixas	-	-	-	85	85
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>(543)</u>	<u>(222)</u>	<u>(1.022)</u>	<u>(2.526)</u>	<u>(4.313)</u>
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2014	1.403	770	959	4.864	7.996
Em 30 de junho de 2015	1.816	828	979	4.018	7.641

Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada período, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

13 Intangível

Custo	Intangível ICPC	Outorga	Software	Total
	01 (R1) (i)	concessão (ii)		
Saldo em 1º de janeiro de 2014	126.999	129.588	3.798	260.385
Adições	86.610	12.500	1.709	100.819
Saldo em 31 de dezembro de 2014	213.609	142.088	5.507	361.204
Adições	49.276	4.167	464	53.907
Saldo em 30 de junho de 2015	262.885	146.255	5.971	415.111
Amortização				
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(3.012)	(5.913)	(778)	(9.703)
Adições	(9.592)	(4.313)	(900)	(14.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(12.604)	(10.226)	(1.678)	(24.508)
Adições	(7.777)	(2.425)	(582)	(10.784)
Saldo em 30 de junho de 2015	(20.381)	(12.651)	(2.260)	(35.292)
Valor líquido contábil				
Em 31 de dezembro de 2014	201.005	131.862	3.829	336.696
Em 30 de junho de 2015	242.504	133.604	3.711	379.819

(i) Intangível ICPC 01 (R1)

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	Custo mais margem de administração % a.a. (**)	31/12/2014		30/06/2015	
			Custo	Adições	Transferências	Custo
Controle tecnológico	3,42	-	21.595	2.098	352	24.045
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10,00	2,27	92.588	12.145	11.882	116.615
Rede de água	4,39	2,27	68.013	25.265	343	93.621
Rede de esgoto	3,96	2,27	12.352	662	-	13.014
Obras em andamento		2,27	18.655	8.961	(12.577)	15.039
Outros		2,27	406	145	-	551
Total			213.609	49.276	-	262.885

(*) Os prazos de amortização não excedem o prazo da concessão.

(**) Capitalizados no ativo intangível por ocasionarem um incremento de receita futura, conforme plano de negócio gerencial.

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 - (R1), refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

(ii) Outorga da concessão

	Taxa média de amortização % a.a.	31/12/2014	30/06/2015	
	(*)	Custo	Adição	Custo
Intangível	3,36	142.088	4.167	146.255

(*) Refere-se a outorga fixa paga em decorrência de contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de concessão.

14 Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	30/06/2015	31/12/2014
Fornecedores diversos		24.949	28.566
Partes relacionadas - operações mensais	23	11.842	10.425
Adiantamentos		299	170
Outras contas a pagar diversas		1.157	1.026
Total		38.247	40.187

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras intermediárias.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 19.

15 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa nº 19.

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros	Vencimento	30/06/2015	30/12/2014
			médios a.a (%)			
Finame			3,95	2015 a 2019	4.470	4.834
BNDES (partes relacionadas)	23	TJLP	8,76	2015 a 2032	210.459	203.204
Conta corrente - partes relacionadas	23				8.166	3.260
(-) Custo de transação				2015 a 2032	(3.137)	(3.273)
Total					219.958	208.025
Passivo circulante					9.502	4.743
Passivo não circulante					210.456	203.282

A garantia dos contratos de Finame é a alienação fiduciária dos bens móveis adquiridos.

As principais garantias do financiamento concedido pelo BNDES é o penhor de ações de emissão da Companhia, cessão fiduciária dos direitos provenientes do contrato de concessão e constituição de conta reserva com saldo não inferior a três prestações vincendas de amortização de principal e juros.

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

**CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços
Públicos de Água e Esgoto**
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2015

	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 207 Meses
30 de junho de 2015							
Empréstimos e financiamentos	214.929	1.590	3.281	14.237	13.994	13.339	168.488
Conta corrente - partes relacionadas	8.166	8.166	-	-	-	-	-
Total	223.095	9.756	3.281	14.237	13.994	13.339	168.488
31 de dezembro de 2014							
Empréstimos e financiamentos	208.038	1.489	1.120	1.119	11.877	11.550	180.883
Conta corrente - partes relacionadas	3.260	3.260	-	-	-	-	-
Total	211.298	4.749	1.120	1.119	11.877	11.550	180.883

No início do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia incorreu em R\$ 3.273 de custos de transação. Decorrente desse custo de transação a taxa efetiva de juros estimada do contrato é de 11,95%.

A seguir é apresentado o montante de custos de transação registrado em empréstimos e financiamentos, a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 207 Meses
30 de junho de 2015							
Financiamentos	3.137	255	279	267	259	251	1.826
31 de dezembro de 2014							
Financiamentos	3.273	79	286	255	259	248	2.146

16 Debêntures

Linha de crédito	Indexador	médios a.a (%)	Vencimento	30/06/2015	31/12/2014
Debêntures	CDI	14,76	2016 a 2024	197.299	183.633
Passivo circulante				197.299	-
Passivo não circulante				-	183.633

As garantias das debêntures consistem no penhor de ações e de qualquer forma de remuneração paga aos acionistas e a cessão fiduciária de direitos emergentes do contrato de concessão pública.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes destas debêntures, veja nota explicativa nº 19.

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 111 Meses
30 de junho de 2015							
Debêntures	197.299	197.299	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2014							
Debêntures	183.633	-	2.753	5.508	11.018	17.446	146.908

Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

A Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial), interveniente anuente das debêntures emitidas pela Companhia, não cumpriu as obrigações financeiras previstas nas cláusulas restritivas 6.24, “VII” e “XVII” e 6.24.2 da escritura de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. Em virtude do ocorrido, foi realizada em 1 de abril de 2015, Assembleia Geral de debenturistas que deliberou pela não decretação do vencimento antecipado pelo prazo de 90 dias, posteriormente prorrogado por 90 dias adicionais na Assembleia Geral realizada em 1 de julho de 2015, conforme nota explicativa nº 27 - Eventos subsequentes, sendo certo que após esse período, nova assembleia será convocada para deliberação acerca do vencimento antecipado ou manutenção da prorrogação concedida nos termos desta assembleia. Perante esse cenário de descumprimento de *covenants* a Companhia reclassificou do passivo não circulante para o circulante o montante de R\$ 197.299.

17 Provisão para contingências

A Companhia classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, constituiu provisão no valor de R\$ 1.703 em 30 de junho de 2015 (R\$ 1.215 em 31 de dezembro de 2014).

	Cíveis e trabalhistas	
	30/06/2015	31/12/2014
Saldo inicial	1.215	234
Adições	491	1.198
Reversões	(3)	(217)
Saldo final	1.703	1.215

As contingências passivas não reconhecidas nestas demonstrações financeiras intermediárias são de natureza cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram no montante de R\$ 15.495 em 30 de junho de 2015 (R\$ 12.420 em 31 de dezembro de 2014), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 30 de junho de 2015 está representado por 55.035 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2014), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	30/06/2015	31/12/2014
Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental	80%	80%
PCT Participações Ltda	20%	20%
Total	100%	100%

(b) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Lei 6.404/76 determina que deve ser no mínimo de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o BNDES e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos acima do limite mínimo legal ou juros sobre o capital próprio até o término do prazo de execução e conclusão do projeto financiado determinado para 2016. A partir do ano civil seguinte, poderá haver a distribuição dos referidos recursos, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida estipulado; e
- Adimplemento no cumprimento de todas as obrigações assumidas.

19 Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
30 de junho 2015								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	2.306	-	-	2.306	-	2.306	-	2.306
Outros investimentos	851	-	-	851	-	851	-	851
Depósitos bancários vinculados	2.888	-	-	2.888	-	2.888	-	2.888
Total	6.045	-	-	6.045	-	6.045	-	6.045
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.935	-	3.935	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	39.412	-	39.412	-	-	-	-
Total	-	43.347	-	43.347	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos (*)	-	-	223.095	223.095	-	223.095	-	223.095
Debêntures	-	-	197.299	197.299	-	234.886	-	234.886
Total	-	-	420.394	420.394	-	457.981	-	457.981
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	38.247	38.247	-	-	-	-

31 de dezembro 2014	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	5.435	-	-	5.435	-	5.435	-	5.435
Outros investimentos	40.619	-	-	40.619	-	40.619	-	40.619
Depósitos bancários vinculados	1.480	-	-	1.480	-	1.480	-	1.480
Total	47.534	-	-	47.534	-	47.534	-	47.534
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.459	-	2.459	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	40.684	-	40.684	-	-	-	-
Total	-	43.143	-	43.143	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos (*)	-	-	211.298	211.298	-	211.298	-	211.298
Debêntures	-	-	183.633	183.633	-	221.004	-	221.004
Total	-	-	394.931	394.931	-	432.302	-	432.302
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	40.187	40.187	-	-	-	-

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Para os demais passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 30 de junho de 2015.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador do risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando alto grau de controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira considerados de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras intermediárias foram:

	Nota	30/06/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.241	7.894
Outros investimentos	9	851	40.619
Depósitos bancários vinculados		2.888	1.480
Contas a receber e outros recebíveis (*)	10	37.431	39.116
Total		47.411	89.109
Ativo circulante		44.911	86.609
Ativo não circulante		2.500	2.500

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras intermediárias foi a seguinte:

	30/06/2015 (*)	31/12/2014 (*)
A vencer	16.332	15.984
Vencidos de 1 a 30 dias	5.399	5.461
Vencidos de 31 a 90 dias	4.321	3.648
Vencidos de 91 a 120 dias	1.838	1.351
Vencidos de 121 a 180 dias	2.448	2.282
Vencidos de 181 a 360 dias	5.804	5.312
Vencidos acima de 360 dias	19.204	14.827
Total	55.346	48.865

(*) Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício corrente e o comparativo foi o seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2014	8.645
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	15.576
Valores baixados	(7.893)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	16.328
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	8.361
Valores baixados	(3.914)
Saldo em 30 de junho de 2015	20.775

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto.

A composição da provisão por perdas ao valor recuperável conforme critério de estimativa é a seguinte:

	30/06/2015
Provisão de títulos vencidos acima de 360 dias (*)	19.204
Provisão sobre títulos vencidos até 360 dias (**)	1.571
Total	20.775

(*) títulos vencidos acima de 360 dias são considerados 100% na provisão;

(**) títulos renegociados que não foram recebidos no prazo acordado e percentual médio de perdas estimado sobre cada categoria que compõe o contas a receber vencidos até 360 dias, sendo residencial 7,85%, comercial e industrial 9,28% e órgãos públicos 0,04%, extraídos de estudo realizado com dados da Companhia.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao

vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	14	37.948	40.017
Empréstimos e financiamentos (**)	15	223.095	211.298
Debêntures	16	197.299	183.633
Total		<u>458.342</u>	<u>434.948</u>
Passivo circulante		245.004	44.839
Passivo não circulante		213.338	390.109

(*) Não foi considerado o montante de fornecedores e outras contas a pagar referente aos adiantamentos.

(**) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo em virtude do não cumprimento de cláusula restritiva das debêntures conforme mencionado na nota explicativa nº 16. Para cumprir com as obrigações de curto prazo, embora exista o risco contratual de vencimento antecipado, a Administração, com base nas negociações realizadas, está otimista quanto a manutenção do *waiver* até que nova garantia seja atribuída. Todavia, caso este cenário não se concretize, a Administração tem expectativa de captar tal recurso junto às demais instituições financeiras a qual mantém credibilidade.

A Companhia realizou abertura de crédito junto ao BNDES para fins de modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário bem como para o desenvolvimento institucional, conforme divulgado na nota explicativa nº 15. Este financiamento contém algumas cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode ocasionar a liquidação antecipada do financiamento ou que os acionistas aportem recursos próprios.

Todas as cláusulas restritivas referentes ao financiamento junto ao BNDES estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 30 de junho de 2015.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

**CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços
Públicos de Água e Esgoto**
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2015

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 207 Meses
30 de junho de 2015								
Fornecedores e outras contas a pagar	37.948	37.948	37.948	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	223.095	465.033	21.244	45.784	39.058	37.020	34.692	287.235
Debêntures	197.299	437.431	437.431	-	-	-	-	-
Total	458.342	940.412	496.623	45.784	39.058	37.020	34.692	287.235
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 213 Meses
31 de dezembro de 2014								
Fornecedores e outras contas a pagar	40.017	40.017	40.017	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	211.298	442.466	11.651	42.432	34.973	35.460	33.512	284.438
Debêntures	183.633	404.070	-	19.236	38.126	43.291	48.664	254.753
Total	434.948	886.553	51.668	61.668	73.099	78.751	82.176	539.191

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e à TJPL.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	30/06/2015	31/12/2014
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	8	2.306	5.435
Outros investimentos	9	851	40.619
Depósitos bancários vinculados		2.888	1.480
Partes relacionadas - empréstimos a receber	10	2.500	2.500
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	15	210.459	203.204
Debêntures	16	197.299	183.633

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber e outros recebíveis, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do período de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras intermediárias. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 30/06/2015	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários					
				Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	2.306	CDI	8,82	9,87	228	11,03	51	13,23	102
Outros investimentos	851	CDI	8,70	9,75	83	10,88	19	13,05	37
Depósitos bancários vinculados	2.888	CDI	11,66	12,90	372	14,58	84	17,49	168
Partes relacionadas - empréstimos a receber	2.500	CDI	14,27	15,60	390	17,84	89	21,41	178
Passivos financeiros									
BNDES - partes relacionadas	(210.459)	TJLP	8,76	9,26	(19.489)	10,26	(3.157)	11,76	(6.314)
Debêntures	(197.299)	CDI	14,76	16,00	(31.568)	17,70	(5.801)	20,64	(11.601)
Impacto no resultado e patrimônio líquido							<u>(8.715)</u>		<u>(17.429)</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 30/06/2015	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários					
				Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	2.306	CDI	8,82	9,87	228	6,62	(51)	4,41	(102)
Outros investimentos	851	CDI	8,70	9,75	83	6,53	(19)	4,35	(37)
Depósitos bancários vinculados	2.888	CDI	11,66	12,90	372	8,75	(84)	5,83	(168)
Partes relacionadas - empréstimos a receber	2.500	CDI	14,27	15,60	390	10,70	(89)	7,14	(178)
Passivos financeiros									
BNDES - partes relacionadas	(210.459)	TJLP	8,76	9,26	(19.489)	7,26	3.157	5,76	6.314
Debêntures	(197.299)	CDI	14,76	16,00	(31.568)	11,82	5.801	8,88	11.601
Impacto no resultado e patrimônio líquido							<u>8.715</u>		<u>17.429</u>

Fontes: a informação do CDI foi extraída da base da CETIP e a TJLP foi extraída da Receita Federal, na data-base do último dia útil de junho de 2015.

Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Total do passivo	463.029	437.149
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.241)</u>	<u>(7.894)</u>
(=) Passivo líquido (A)	456.788	429.255
Total do patrimônio líquido (B)	8.701	23.210
Relação da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	<u>52,50</u>	<u>18,49</u>

20 Receita operacional líquida

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
		(não auditado)
Saneamento	78.545	70.052
Construção	46.682	34.891
Serviços	5.318	1.525
Abatimentos e cancelamentos	(8.083)	(7.135)
Impostos sobre serviços	(7.194)	(6.037)
Total	<u>115.268</u>	<u>93.296</u>

21 Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
		(não auditado)
Construção	(45.621)	(34.098)
Materiais diretos	(15.517)	(16.893)
Depreciação e amortização	(8.809)	(4.484)
Custos com pessoal	(8.511)	(5.933)
Materiais indiretos	(7.424)	(6.626)
Crédito de Pis e Cofins	507	2.032
Total	<u>(85.375)</u>	<u>(66.002)</u>

Despesas comerciais

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
		(não auditado)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.447)	(3.260)
Depreciação e amortização	(1.552)	(585)
Despesa com pessoal	(1.157)	(2.432)
Outras despesas comerciais	(3.700)	(3.754)
Total	<u>(10.856)</u>	<u>(10.031)</u>

Despesas administrativas

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
		(não auditado)
Serviços contratados	(7.911)	(6.785)
Despesas com pessoal	(5.404)	(4.433)
Depreciação e amortização	(1.586)	(1.829)
Outras despesas	(2.198)	(2.576)
Total	<u>(17.099)</u>	<u>(15.623)</u>

22 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Receitas financeiras		(não auditado)
Juros e multas recebidos de clientes	3.248	1.658
Juros de aplicações financeiras e outros investimentos	726	4
Descontos obtidos	134	9
Total	<u>4.108</u>	<u>1.671</u>
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(26.633)	(12.085)
Comissões e despesas bancárias	(810)	(50)
Despesas de operações com partes relacionadas	-	(1.878)
Outras despesas financeiras	(364)	(1.459)
Total	<u>(27.807)</u>	<u>(15.472)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(23.699)</u>	<u>(13.801)</u>

23 Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, onde são consolidadas estas demonstrações financeiras intermediárias.

b) Remuneração de pessoal-chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas”.

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
		(não auditado)
Remuneração da diretoria	964	802
Participação nos lucros e resultados	338	50
Benefícios diretos e indiretos	84	74
Total	<u>1.386</u>	<u>926</u>

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

c) Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 10)	(Nota 10)	(Nota 14)	(Nota 14)		(não auditado)
Galvão Engenharia S.A.						
- Contrato particular de construção	(a)	-	1.081	-	(27.546)	(11.214)
- Antecipação do contrato particular de construção	(a)	3.922	-	-	-	-
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	42	133	311	(300)	(1.617)
Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental						
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	474	486	(2.782)	(1.891)
- Repasse de custos financeiros compartilhados	(d)	-	9.556	9.556	-	-
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	-	528	-	(528)	-
PCT Participações Ltda						
- Contrato de assistência técnica	(e)	-	-	-	(692)	(573)
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(f)	74	115	70	72	23
Total		116	4.079	11.842	10.425	(31.825)
Em empréstimos e financiamentos			(Nota 15)	(Nota 15)		
Conta corrente	(g)	-	8.166	3.260	-	-
Financiamento - BNDES	(h)	-	469	418	(12.864)	-
Total		-	8.635	3.678	(12.864)	-
Não circulante						
						(não auditado)
Em empréstimos e financiamentos	(Nota 10)	(Nota 10)	(Nota 15)	(Nota 15)		
Empréstimos	(i)	2.500	2.500	-	-	(1.878)
Financiamento - BNDES	(h)	-	-	209.990	202.786	-
Total		2.500	2.500	209.990	202.786	(1.878)

- (a) Refere-se ao contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Companhia e a Galvão Engenharia S/A. O valor global do contrato totaliza R\$ 492.605. Em 30 de junho de 2015 o montante acumulado contabilizado desse contrato por meio de medição de contrato físico e financeiro é de R\$ 27.546 registrados como custo dos contratos de construção. Este contrato está em processo de formalização de rescisão.
- (b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (c) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e sua controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental com vigência até o término do contrato de concessão. Em 30 de junho de 2015, o prazo remanescente é de 27 anos e as parcelas mensais a serem pagas equivalem a 5% da receita.
- (d) Refere-se ao repasse de compartilhamento de despesas com encargos financeiros entre a Companhia e sua controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, incidentes sobre os empréstimos pontes tomados com instituições financeiras.
- (e) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e sua acionista não controladora PCT Participações Ltda. com vigência até 31 de dezembro de 2015, sendo renovado automaticamente por tempo indeterminado após esta data, caso as partes não se manifestem contrárias. As parcelas mensais a serem pagas equivalem a 1% da receita.

- (f) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.
- (g) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credora e devedora, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- (h) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 15.
- (i) Refere-se a empréstimo firmado entre Companhia e empresas do grupo, com incidência de juros de 120% do CDI ao ano e vencimento em 2016.

24 Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a 5% da arrecadação efetivamente obtida mensalmente.

Durante o período findo em 30 de junho de 2015, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 3.494 (R\$ 2.830 em 30 de junho de 2014) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

b) Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Em 30 de junho de 2015, além dos pagamentos ao Poder Concedente, estão sendo cumpridos todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão.

Tais compromissos e investimentos contratuais não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

Em relação ao seguro garantia, a Companhia está em processo de renovação das apólices vencidas em 30 de junho de 2015.

c) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

25 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

26 Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível de saldos em poder de bancos.

b) Imobilizado

Durante o período findo em 30 de junho de 2015, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 980 dos quais R\$ 284 não foram pagos em caixa por estarem registrados em fornecedores e outras contas a pagar.

c) Intangível

Durante o período findo em 30 de junho de 2015, a Companhia adquiriu ativo intangível ao custo total de R\$ 53.907 dos quais R\$ 6.197 não foram pagos em caixa por estarem registrados em fornecedores e outras contas a pagar e R\$ 1.061 são itens não caixa referente à margem de receita de construção.

27 Eventos subsequentes

Vencimento antecipado debêntures

O pedido de recuperação judicial (RJ) da partes relacionadas Galvão Participações S/A. - em recuperação judicial e da parte relacionada Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial), ocorrido em março de 2015, ensejou o descumprimento do *covenants* atrelados as debêntures da Companhia. Os debenturistas aprovaram, sem qualquer ressalva, a continuidade da suspensão da AGD 1 de abril de 2015 mediante Ata da Assembleia Geral dos Debenturistas assinada em 1 de julho de 2015 por 90 dias adicionais. Sem prejuízo da suspensão da presente assembleia, os debenturistas reservam-se a prerrogativa de, a qualquer tempo antes do prazo citado acima, e em especial no caso de mudança no controle acionário da CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto em conjunto com o Agente Fiduciário, mediante assembleia geral de debenturistas, decretar o vencimento antecipado das debêntures.

* * *

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Presidente do Grupo:
Otávio Ferreira da Silveira

Diretoria:
Antonio Carlos Ribas Dallalana
Celso Lino Paschoal Junior
Luis Afonso Migliani Bazzo

Conselheiros:
Antonio Otávio Peixoto
Eduardo Carlos Torzecki
Otávio Ferreira da Silveira

Contador
Adriano Marotte de Paula
CRC/SP nº 268415/O-2 - T-MT